

VEJA - 14/04/76

CIMI
23/04/1976

Liturgia da terra

Blusão de náilon, sapatos pretos lustrosos, calça de algodão e cabelos bem aparados, o cacique Klinton, chefe de tribo kaingang do posto Mangueirinha, no Paraná, só denuncia sua condição de índio por um colarzinho de miçangas, pendurado no peito, e pelos indisfarçáveis olhos oblíquos. Ou, então, quando se põe a denunciar a lastimável situação em que vivem seus 10 000 irmãos kaingangs, xoklengs, guaranis e terenas (veja o mapa na página 62), nas 24 reservas espalhadas pelos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Ao lado de outros caciques, quatro bispos e trinta missionários e leigos, Klinton — ou Francisco Luís dos Santos, no registro civil — passou quatro dias da última semana em Curitiba, num encontro regional convocado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e coordenado por seu próprio presidente, dom Thomaz Balduino Ortiz. Ali, Klinton e os outros chefes ouviram a reafirmação de um compromisso tornado público pelo Conselho em junho do ano passado, em Goiânia: o de “assumir a causa do índio, com todas as consequências”.

Embora o programa do encontro de Curitiba falasse num “replanejamento da ação pastoral indígena do sul”, os temas litúrgicos e de evangelização não foram, na realidade, os que despertaram maior interesse entre os índios — ou mesmo entre os religiosos. Com problemas bem mais urgentes diante de si, os missionários se dedicaram principalmente à tarefa de levantamento da situação em que vivem os índios da região sul do país. Previsivelmente, o quadro apresentado não é nada animador: os índios do sul, concluiu-se, vivem como os índios do resto do Brasil.

Mão-de-obra — Confirma-se na região, assim, a descrição que a assembléia de Goiânia fez sobre a situação nacional: os índios brasileiros vivem um momento de “espoliação de suas terras, destruição de sua cultura e negação do direito de decidir seu futuro”. Sequer a Funai escapou à razia de críticas que atingiu grileiros, políticos e empresas agropecuárias. Sem saber que naquele momento, em Brasília, o presidente da Funai anunciava a demissão de toda a cúpula do organismo, padre Egidio Schwabe, assessor do Conselho, relacionava os prejuízos que vêm sendo causados aos índios pela Fundação que deveria protegê-los.

Segundo Schwabe, através de seu Departamento Geral de Patrimônio Indígena (ou “Departamento de Grilagem do Patrimônio Indígena”, como dizem os missionários), a Funai explora comercialmente serrarias de madeira em várias



Klinton, ou Francisco: vigilante



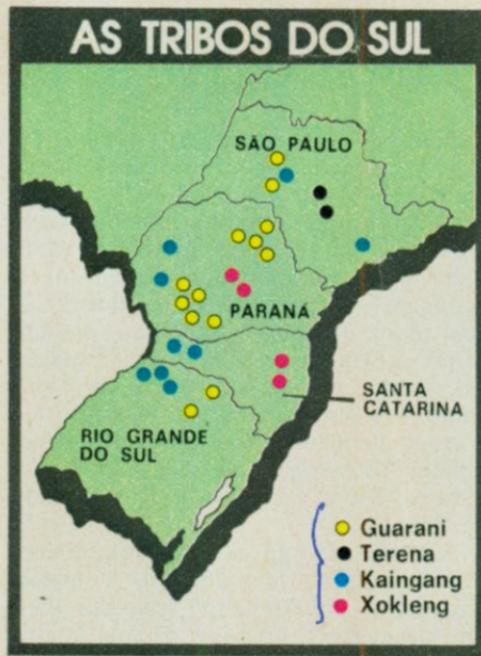
Missionários e índios reunidos em Curitiba: união contra intrusos

FOTOS DE CARLOS SDRYEVSKI

reservas indígenas. E pelo menos dois exemplos foram citados: nos postos de Chapecó, em Santa Catarina, e Guarapuava, no Paraná, as serrarias instaladas pela Funai cortam em média 1 800 dúzias de tábuas por mês, sem que o lucro obtido na venda da madeira jamais tenha retornado às tribos. Além disso, diz padre Schwabe, a Funai utiliza índios como mão-de-obra para operar as serrarias, pagando a eles pouco mais que o salário mínimo regional.

O cacique Segseg, da tribo kaingang de Guarapuava, contou a Pedro Franco, de VEJA, que só depois de muita luta ele conseguiu que seis índios de sua aldeia tivessem a carteira de trabalho assinada pela direção das serrarias. Segseg, um surpreendente conhecedor da legislação indígena, acha que isso ainda é muito pouco. "Eu conheço o Estatuto do Índio", assegurou, "e sei que 45% do fruto do trabalho ou produção do posto devem reverter para os índios da área. Mas isso nunca aconteceu: até agora a Funai só construiu uma escola para a gente. Eu é que tenho que conseguir tudo para os meus índios."

Sem terras — Todos esses problemas, no entanto, parecem insignificantes, segundo padre Schwabe, se comparados ao verdadeiro castigo que persegue os índios do sul: a invasão e a grilagem de



MARIANNO

suas terras, uma praga que, no Paraná, atinge a todos indistintamente, sejam ou não índios. As denúncias do Conselho foram confirmadas pelos caciques presentes ao encontro de Curitiba. "A gente só tem um pedacinho de terra", disse, por exemplo, o cacique Klintom. "O governo nos tirou quase tudo e mesmo assim a gente tem que ficar o tempo todo

vigilante, para não deixar entrar intruso nas poucas reservas que nos sobraram."

As queixas de índios e missionários se perdem nas névoas de velhos governos estaduais e federais, que fizeram de boa parte do Paraná um insolúvel quebra-cabeças fundiário. Dos 8 000 alqueires de terras que compunham a área original do posto de Mangueirinha, no Paraná, 6 000 foram doados pelo inesquecível governador Moisés Lupion ao grupo Slaviero, que até hoje não conseguiu regularizar a posse da terra. Ali, nos 2 000 alqueires restantes, sobrevivem hoje 310 guaranis e kaingangs, plantando pequenas roças de milho e feijão, ou trabalhando como empregados para os agricultores vizinhos. Em outros postos, a situação é ainda pior.

Em Rio das Cobras, a área inicial de 38 800 hectares ficou reduzida à metade depois que uma estrada cortou a reserva de ponta a ponta. E, nas terras que restaram aos índios, instalaram-se 350 famílias de posseiros. No fim do ano passado, os guaranis, revoltados, tentaram em vão expulsar os posseiros, fazendo uso de seus velhos arcos e flechas. Nada mais natural que dom Thomaz Balduino encerrasse o encontro de Curitiba, na semana passada, com uma declaração de derrota. "Enquanto prevalecer a ilusão do desenvolvimento", disse ele, "não haverá lugar para o indígena."